



Demonstrações Financeiras Combinadas
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil - Aplicáveis
às Instituições Financeiras

Conglomerado Financeiro
Original

30 de Junho de 2018

	Pág.
ÍNDICE	
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	4
Demonstrações Financeiras	
Balço Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1. Contexto Operacional	12
Nota 2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	12
Nota 3. Descrição das Principais Práticas de Combinação	12
Nota 4. Principais Práticas Contábeis	12
Nota 5. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
Nota 6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15
Nota 7. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15
Nota 8. Relações Interfinanceiras	19
Nota 9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	19
Nota 10. Outros Créditos	21
Nota 11. Outros Valores e Bens	23
Nota 12. Participações em Coligadas e Controladas	23
Nota 13. Imobilizado de Uso	23
Nota 14. Intangível	23
Nota 15. Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	24
Nota 16. Obrigações por Empréstimos	25
Nota 17. Outras Obrigações	25
Nota 18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	26
Nota 19. Patrimônio Líquido	26
Nota 20. Limites Operacionais	27
Nota 21. Partes Relacionadas	27
Nota 22. Receitas de Prestação de Serviços	28
Nota 23. Despesas de Pessoal	29
Nota 24. Outras Despesas Administrativas	29
Nota 25. Despesas Tributárias	29
Nota 26. Outras Receitas Operacionais	29
Nota 27. Outras Despesas Operacionais	29
Nota 28. Resultado não Operacional	30
Nota 29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 30. Estrutura de Gerenciamento de Risco	30
Nota 31. Outras Informações	31
Nota 32. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	32
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2018, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e do modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Este relatório, as demonstrações financeiras e suas notas explicativas, está apresentado em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

● Atuação

O Conglomerado contando com sólida estrutura organizacional, linhas de negócios bem definidas, sólida governança corporativa, robusta gestão de riscos e sistemas, vem atuando nos segmentos:

Banco de Atacado:

Corporate - conta com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivas para este segmento;

Agronegócio - com atuação na Pecuária e Agricultura, com foco em produtores altamente profissionalizados e em segmentos bem definidos.

Desconto de recebíveis – com atuação junto à clientes do segmento varejista comercial, a cadeia de valor do grupo e a empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banco de Varejo:

Foi lançado em 27 de março de 2016, e tem sua atuação no segmento de Pessoa Física como um *Full Bank*, oferecendo, além de conta-corrente, cartões de crédito, linhas de crédito pessoal, seguros, previdência, produtos de investimento diversificados e de múltiplas funcionalidades disponíveis através da plataforma 100% digital.

Caixa e capital:

Destaca-se, ainda, a disponibilidade de caixa e capital, além do baixo índice de alavancagem, que permite ao Conglomerado estar bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

● Banco de Varejo - Banco Digital

O Banco Digital foi concebido para oferecer serviços personalizados para as pessoas físicas, empresas Corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado e trazer pulverização e diversificação para a captação no Banco.

Para criar uma plataforma digital com serviços de qualidade e atendimento diferenciado, foram feitos investimentos com contratação e treinamento de profissionais, compra e desenvolvimento de softwares, utilizando o que há de mais atual e disruptivo em tecnologia.

Entre os serviços oferecidos, destacam-se a aberturas de contas, a contratação de produtos de forma 100% digital, depósitos em dinheiro via boleto, de cheque via imagem e várias opções em produtos para aplicação de recursos, tudo em apenas poucos cliques. Também merece destaque a possibilidade da realização de saques em outras moedas (Dólar e Euro) em nossos caixas eletrônicos.

Atingimos a marca de mais de 620 mil clientes em junho de 2018, com uma carteira de crédito de R\$ 333 milhões e uma captação vinda deste segmento no valor de R\$ 676 milhões.

● Prêmios e Reconhecimentos

Neste primeiro semestre e pelo terceiro ano consecutivo, o Banco Original ganhou 4 prêmios na categoria Banco Digital e 1 prêmio na categoria Work Flow, pelo e-Finance.

● Inovação Tecnológica

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) avalia anualmente atividades relacionadas à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem). As exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo terceiro ano consecutivo, o que habilitou o Original a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei.

O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado nesse semestre foi de R\$ 19.553 milhões, referente aos investimentos em inovação que fizemos durante o ano de 2015.

● Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2018, o Conglomerado apresentou lucro no período de R\$ 2.152 milhões contra um lucro de R\$ 2.896 milhões apresentado no primeiro semestre de 2017.

Destaca-se o resultado operacional positivo no semestre em R\$ 2,6 milhões, oriundo basicamente do desempenho da Intermediação Financeira e da redução de 13% das despesas administrativas.

Os resultados do Banco devem ainda apresentar volatilidade até a maturação da atividade de varejo, esperada para 2019/2020.

2. Ativos e Passivos

Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 9.160.445 (30/06/2017 - R\$ 7.932.345) ao final do período.

A carteira de crédito expandida, composta pela carteira de crédito e outros créditos, fiança e títulos privados, ao término do exercício, atingiu o saldo de R\$ 5,7 bilhões (30/06/2017 - R\$ 4,1 bilhões) com um crescimento de 39% no ano.

O saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa e de fiança é de R\$ 187,1 milhões (30/06/2017 - R\$ 175,3 milhões), correspondente 3,28 % da carteira expandida.

O prazo médio da carteira ativa ao final do exercício é de 338 dias.

O resultado das políticas mais seletivas nas cessões de créditos está demonstrado pelos seguintes indicadores:

- 77,17% da Carteira de Crédito está concentrada nos Ratings AA a A;
- 95,1% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal.
- O índice de Cobertura apurado foi de 109,1% ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem a Carteira com atraso superior a 90 dias.

O quadro a seguir demonstra que mesmo com crescimento expressivo da carteira comparando ao mesmo período de 2017, a posição de risco de crédito do Conglomerado continua a ser bem administrada. De acordo com a política de concessão de crédito aos clientes do banco de atacado, normalmente são solicitadas garantias reais para as operações de crédito, para proteção contra possível desvalorização, custos processuais ou perdas financeiras advindas da ação de sequestro da garantia. O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, se dá nos cartórios competentes.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Rating	Carteira e Garantias					% Cobertura R\$ mil
	Carteira em Dia (Normal)	Carteira em Atraso (Anormal)	Saldo Carteira	PCLD	Garantia Real	
AA - C	4.862.683	43.333	4.906.016	32.847	4.442.987	90,6%
D-H	90.377	212.960	303.337	152.419	647.047	213,3%
TOTAL	4.953.060	256.293	5.209.353	185.266	5.090.034	97,7%

Funding e Caixa

O funding total do banco apresentou crescimento importante, da ordem de quase 20% em 30/06/2018 atingindo R\$ 5,9 bilhões (30/06/2017 R\$ 4,9 bilhões).

A captação do banco de varejo já representa 13% deste valor.

O prazo do funding segue mais longo que o prazo dos ativos, fechando junho de 2018 com um prazo médio de 361 dias.

3. Despesas

Ao longo de 2017, foram revisitados diversos processos internos e foram reavaliadas estruturas, para melhor adequação dos custos decorrentes do negócio e do crescimento do Varejo. No 1º semestre de 2018, já podem ser observadas as economias decorrentes desses ajustes.

Em junho de 2018, a despesa total vem 13% menor do que no mesmo período de 2017, caindo de R\$ 353 milhões para R\$ 306 milhões. As maiores contribuições foram nas despesas de pessoal, em que a queda foi de 21%, passando de R\$ 157 milhões (30/06/17) para R\$ 124 milhões (30/06/18), e nas despesas administrativas, em que houve redução de 6%, passando de R\$ 179 milhões para R\$ 169 milhões nos mesmos períodos.

4. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 2.215.947 (30/06/2017 - R\$ 2.211.569), composto da seguinte maneira:

Descrição	(R\$ mil)	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social		2.239.124	2.239.124
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(110)	(8.276)
Reservas de Lucros		22.989	14.880
Prejuízos Acumulados		(46.056)	(34.159)

● Agência de Rating

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB (bra)	B	B+

(1) Junho 2018

● Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição diante da liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

2. Comitê de Auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014, o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros qualificados, conforme estabelecido na Resolução CMN n° 4.329/2014, completando a estrutura de controle com alto padrão em Governança Corporativa.

● Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Conglomerado atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. O Conglomerado mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2018, foram abertas 374 demandas (30/06/2017 - 29), as quais foram informadas à Alta Administração do Conglomerado e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN n° 3.849/2010.

Vale ressaltar que o Banco Original foi classificado em 1º lugar no ranking de Atendimento ao Cliente pelo Banco Central do Brasil no 1º trimestre de 2018.

● **Pessoas**

O Conglomerado acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento dos negócios e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente no qual todos possam contribuir com suas experiências.

Assim, investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

● **Relacionamento com os Auditores**

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando outros serviços que eventualmente pudessem criar conflitos de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

Diretoria
Contador
Carlos de Souza Valentim
CRC- RJ 049674/O-4TC

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do
Conglomerado Financeiro

Aos Administradores e Acionistas do
Conglomerado Financeiro Original
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original, em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 32 às demonstrações financeiras do Conglomerado, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2018 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente sem modificações em 22 de agosto de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
-
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SPO14428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Ativo Circulante		5.883.771	5.513.987
Disponibilidades	5	89.026	433.237
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	353.914	158.966
Aplicações no Mercado Aberto		246.186	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		34.192	140.735
Aplicações em Moeda Estrangeira		73.536	18.231
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	1.745.576	1.837.779
Carteira Própria	7.a.2	1.205.945	1.361.064
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	370.248	284.146
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	105.608	180.683
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	63.775	11.886
Relações Interfinanceiras	8	4.704	3.680
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.955	1.916
Créditos Vinculados		2.748	1.510
Depósitos no Banco Central		2.748	1.510
Correspondentes		1	254
Relações Interdependências	15.d	12.096	12.151
Transferências Internas de Recursos		12.096	12.151
Operações de Crédito	9	1.421.074	1.336.779
Setor Privado		1.539.452	1.428.382
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(118.378)	(91.603)
Outros Créditos		2.242.853	1.715.875
Carteira de Câmbio	10.a	166.056	61.518
Rendas a Receber		2.006	406
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	5.610	1.690
Créditos Tributários	10.b.1	83.053	48.408
Direitos Creditórios	10.e	1.905.620	1.460.197
Diversos	10.d	100.042	176.846
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(19.534)	(33.189)
Outros Valores e Bens	11	14.528	15.519
Despesas Antecipadas		14.528	15.519
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.560.000	1.655.323
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	15.649	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		15.649	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	404.099	370.595
Carteira Própria	7.a.2	67.905	248.943
Vinculados a Compromissos de Recompra	7.a.2	146.788	121.652
Vinculados à Prestação de Garantias	7.a.2	183.782	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	5.624	-
Operações de Crédito	9	1.399.218	480.092
Setor Privado		1.446.562	529.850
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e	(47.344)	(49.758)
Outros Créditos		638.220	739.884
Direitos Creditórios	10.e	161.466	189.765
Créditos Tributários	10.b.1	289.575	227.012
Diversos	10.d	187.189	323.123
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	9.e.1	(10)	(16)
Outros Valores e Bens	11	102.814	64.752
Outros Valores e Bens		114.674	70.742
(Provisão para Desvalorização)		(11.860)	(5.990)
Permanente		716.674	763.035
Investimentos		7.009	6.605
Participações em Coligadas e Controladas:	12	6.561	6.157
No País		6.561	6.157
Outros Investimentos		448	448
Imobilizado de Uso	13	66.845	75.255
Outras Imobilizações de Uso		102.689	95.576
(Depreciação Acumulada)		(35.844)	(20.321)
Ativos Intangíveis	14	642.820	681.175
Ativos Intangíveis		826.337	766.829
(Amortização Acumulada)		(183.517)	(85.654)
Total do Ativo		<u>9.160.445</u>	<u>7.932.345</u>

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Passivo Circulante		4.615.805	3.493.301
Depósitos	15.a	1.411.323	1.293.153
Depósitos à Vista		161.808	108.600
Depósitos Interfinanceiros		3.119	157.644
Depósitos a Prazo		1.246.396	1.026.909
Captações no Mercado Aberto	15.b	628.508	401.290
Carteira Própria		507.571	401.290
Carteira de Terceiros		120.937	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	2.199.021	1.410.716
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		2.198.549	1.409.451
Certificados de Operações estruturadas		472	1.265
Relações Interfinanceiras	8	2.626	1.665
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		2.626	1.665
Relações Interdependências	15.d	3.894	15.221
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.894	4.188
Transferências Internas de Recursos		-	11.033
Obrigações por Empréstimos	16.a	-	49.699
Empréstimos no Exterior		-	49.699
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	15.e	-	49.067
Outras Instituições		-	49.067
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.1	44.023	19.596
Instrumentos Financeiros Derivativos		44.023	19.596
Outras Obrigações		326.410	252.894
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		794	655
Carteira de Câmbio	10.a	292	3.104
Sociais e Estatutárias	21.b	-	3.910
Fiscais e Previdenciárias	17.a	58.477	13.476
Negociação e Intermediação de Valores	7.b.2	13.892	2.401
Diversas	17.b	252.955	229.348
Passivo Exigível a Longo Prazo		2.317.576	2.220.601
Depósitos	15.a	1.970.438	1.723.458
Depósitos a Prazo		1.954.596	1.723.458
Depósitos Interfinanceiros		15.842	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.c	306.430	450.507
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		306.430	450.507
Outras Obrigações		40.708	46.636
Diversas	17.b	40.708	46.636
Resultados de Exercícios Futuros		11.117	6.874
Rendas Antecipadas		11.117	6.874
Patrimônio Líquido		2.215.947	2.211.569
Capital Social:		2.239.124	2.239.124
De Domiciliados no País	19.a	2.239.124	2.239.124
Reservas de Lucros	19.c	22.989	14.880
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	(110)	(8.276)
Prejuízos Acumulados		(46.056)	(34.159)
Total do Passivo		9.160.445	7.932.345

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas da Intermediação Financeira		528.808	628.507
Resultado de Operações de Crédito	9.g	578.125	424.132
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7.a.3	55.205	96.450
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	7.b.3	(139.879)	105.995
Resultado de Operações com Câmbio	10.a.1	35.357	1.930
Despesas da Intermediação Financeira		(226.249)	(314.879)
Operações de Captação no Mercado	15.a.1	(218.603)	(314.948)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.f	(7.646)	69
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		302.559	313.628
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	(59.608)	18.040
Resultado da Intermediação Financeira Líquida da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		242.951	331.668
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(240.302)	(310.286)
Receitas de Prestação de Serviços	22.a	13.722	12.719
Tarifas	22.b	3.412	1.796
Despesas de Pessoal	23	(124.465)	(157.541)
Outras Despesas Administrativas	24	(169.541)	(179.651)
Despesas Tributárias	25	(11.697)	(15.877)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	(393)	361
Outras Receitas Operacionais	26	51.832	29.978
Outras Despesas Operacionais	27	(3.172)	(2.071)
Resultado Operacional		2.649	21.382
Resultado não Operacional	28	(672)	(461)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		1.977	20.921
Imposto de Renda e Contribuição Social	29	14.501	2.894
Provisão para Imposto de Renda		(211)	-
Provisão para Contribuição Social		(185)	-
Ativo Fiscal Diferido		14.897	2.894
Participações no Lucro		(14.326)	(20.919)
Lucro Líquido do Semestre		2.152	2.896
Juros Sobre Capital Próprio		-	(4.600)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO FINANCEIRO ORIGINAL
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		2.239.124	2.856	16.365	3.638	(36.796)	2.225.187
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(11.914)	-	(11.914)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	2.896	2.896
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária		-	13	-	-	(13)	-
Reversão Reserva Legal/Estatutária		-	-	(4.354)	-	4.354	-
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	(4.600)	(4.600)
Saldos em 30 de junho de 2017		2.239.124	2.869	12.011	(8.276)	(34.159)	2.211.569
Mutações do semestre		-	13	(4.354)	(11.914)	2.637	(13.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		2.239.124	3.468	18.847	1.076	(47.534)	2.214.981
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.b	-	-	-	(1.186)	-	(1.186)
Lucro Líquido do semestre	19.c	-	-	-	-	2.152	2.152
Destinações							
Constituição Reserva Legal/Estatutária	19.c	-	34	640	-	(674)	-
Saldos em 30 de junho de 2018		2.239.124	3.502	19.487	(110)	(46.056)	2.215.947
Mutações do semestre		-	34	640	(1.186)	1.478	966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2018	30/06/2017
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		2.152	2.896
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre		70.496	123.989
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.e	59.608	(18.040)
Carteira de crédito		58.823	(25.911)
Outros Créditos		785	7.871
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	12	393	(361)
Depreciação / Amortização		57.227	48.222
Ajuste a Valor de Mercado		(3.088)	75.495
Tributos Diferidos		(14.903)	(2.894)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros		(3.531)	541
Provisão de Participações no Lucro		14.326	20.919
Provisão para Desvalorização BNDU		122	107
Crédito Fiscal		(19.553)	-
Variações e diferenças de taxas		(13.941)	-
Demais ajustes no semestre		(6.165)	-
Lucro Líquido do Semestre		72.648	126.885
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(112.142)	(53.566)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		14.439	(503.796)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(2.092)	17.289
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		(623.039)	730.756
Redução (Aumento) em Outros Créditos		450.474	780.604
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		4.038	(15.503)
Aumento (Redução) em Depósitos		(483.328)	(167.542)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		142.849	95.862
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		649.377	(549.547)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		6.617	(100.709)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		3.818	(11.636)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(663)	-
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		122.996	349.098
Atividades de Investimento			
Aquisição/ Baixa de Imobilizado de Uso		(4.860)	14.432
Aquisição/ Baixa no Intangível		(19.048)	(84.997)
Caixa Líquido (Aplicado) em Atividades de Investimento		(23.908)	(70.565)
Atividades de Financiamento			
Juros sobre o Capital Próprio		(7.773)	(4.600)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(7.773)	(4.600)
Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		91.315	273.933
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	5	1.074.863	1.207.272
<u>Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		<u>91.315</u>	<u>273.933</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; e do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo Bacen e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é o Banco Original S.A.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as normas do Conglomerado Financeiro, e do Bacen e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações combinadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer ou para outros fins societários.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 22 de agosto de 2018 e serão divulgadas no endereço eletrônico www.original.com.br.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Conglomerado Financeiro Original conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos semestres.

3. Descrição das Principais Práticas de Combinação

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às normas do Conglomerado Financeiro.

As demonstrações financeiras combinadas do Conglomerado em 30 de junho de 2018 abrangem as demonstrações financeiras do Banco Original S.A., Agência Cayman e do Banco Original do Agronegócio S.A., sendo que o Banco Original e o Banco Original do Agronegócio não possuem participação um no outro e são controlados pela J&F Participações S.A. (J&F).

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as demonstrações combinadas estão assim representados:

1) Banco Original S.A.

	Banco Original S.A.		Agência Cayman		Banco Original Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Total do Ativo	9.177.802	7.877.382	42.801	147.035	9.135.008	7.877.382
Total do Passivo	7.094.294	5.790.055	-	111.101	7.051.500	5.790.055
Total do Patrimônio Líquido	2.083.508	2.087.327	42.801	35.934	2.083.508	2.087.327
Total dos Lucros Líquidos do semestre	1.478	2.638	546	2.658	1.478	2.638

2) Banco Original do Agronegócio S.A.

	Banco Original do Agronegócio S.A.	
	30/06/2018	30/06/2017
Total do Ativo	143.943	132.115
Total do Passivo	11.504	7.874
Total do Patrimônio Líquido	132.439	124.241
Total dos Lucros Líquidos do semestre	674	259

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre o Banco Original do Agronegócio S.A., Banco Original S.A e a Agência Cayman. Os investimentos em empresas controladas não financeiras foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não fazem parte dessa combinação.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Instrumentos de gerenciamento de caixa representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras e títulos de valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011, os títulos são registrados no Ativo Circulante independentemente de sua data de vencimento;
- Títulos disponíveis para venda - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;

- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;

II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no patrimônio líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;

III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Em 30 de junho de 2018 e 2017 não havia títulos mantidos até o vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultado;

- *Hedge* de Investimento Líquido em Operações no Exterior - *Hedge* de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

g) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a Instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O Banco Original adquire créditos, de natureza mercantil, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas - Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

h) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

i) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

j) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores sua avaliação considerará os seguintes aspectos:

j.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

j.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

j.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Em 2017 o Banco adotou os procedimentos contábeis da Resolução Bacen nº 4.534/2016 e reclassificou do imobilizado montantes referentes a softwares adquiridos no mercado ou desenvolvidos internamente para o grupo de intangível, no qual será amortizado em 10 anos.

k) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros (*Impairment*)

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do semestre em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. No primeiro semestre de 2018, não foram registradas perdas de *impairment*.

l) Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil no semestre fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas à alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/2015, fruto de conversão da MP nº 675/2015. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, e os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do semestre de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a Entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação;
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem alternativa senão a de liquidar a obrigação.

o) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "Despesas tributárias".

p) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações prefixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

q) Resultado de semestres Futuros

Entendem-se como rendas antecipadas (resultado de semestres futuros) as receitas de semestres futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

r) Partes Relacionadas

O Conglomerado possui transações com partes relacionadas que estão demonstradas na Nota Explicativa nº 20, de acordo com os requisitos de divulgação do CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Resolução CMN nº 3.750/2009. O Banco efetuou cessão de carteira de crédito, a qual foi precificada por critérios adotados pela cessionária vide Nota Explicativa nº 9.f.

s) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada uma das entidades, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2018 não foram deliberados dividendos/JCP, somente no primeiro semestre de 2017 foi deliberados dividendos na forma de JCP. Vide Nota Explicativa nº 19.d.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

t) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de semestres Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

De acordo com a Resolução Bacen nº 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas e honradas e não honradas têm provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda da Administração.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	30/06/2018	30/06/2017
Disponibilidades em Moedas Nacional e Estrangeira	89.026	433.237
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	254.013	74.305
Titulos e Valores Mobiliários	731.824	699.730
Total	1.074.863	1.207.272

(1) Em 31/12/2017 o saldo de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 983.548.

6. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				30/06/2018	30/06/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	246.186	-	-	246.186	-
Posição Bancada	126.008	-	-	126.008	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	47.706	-	-	47.706	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.499	-	-	27.499	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.803	-	-	50.803	-
Posição Financiada	120.178	-	-	120.178	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	120.178	-	-	120.178	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	34.192	-	15.649	49.841	140.735
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	-	-	3.490
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc. Crédito Rural	34.192	-	15.649	49.841	137.245
Aplicações em Moedas Estrangeiras	73.536	-	-	73.536	18.231
Aplicação prazo fixo	73.536	-	-	73.536	18.231
Total	353.914	-	15.649	369.563	158.966

Circulante				353.914	158.966
Longo Prazo				15.649	-

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

7. Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Titulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Titulos para Negociação

			30/06/2018	30/06/2017
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Titulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	115.270
Letras do Tesouro Nacional - LTN	733.577	70	733.647	945.626
Titulos Privados				
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	242.575	79.105	321.680	-
Letra Financeira - LF	-	-	-	1.476
Total Carteira Própria	976.152	79.175	1.055.327	1.062.372
Vinculados a compromissos de recompra				
Titulos Públicos				
Letra do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	284.146
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	114.678	208	114.886	-
Total Vinculados a compromisso de recompra	114.678	208	114.886	284.146
Vinculados à prestação de garantias				
Titulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	4.460
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.426	29	8.455	176.223
Total Vinculados à prestação de garantias	8.426	29	8.455	180.683

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	30/06/2018		30/06/2017	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.338	24	14.362	13.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	65.548	(186)	65.362	179.088
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	3.720	-	3.720	3.243
Debêntures ⁽²⁾	1.023	37	1.060	87.473
Notas Promissórias	17.353	244	17.597	-
LF Pós-Principal e Encargos	422	-	422	-
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽⁴⁾	116.000	-	116.000	-
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	-	-	-	264.462
Total Carteira Própria	218.404	119	218.523	547.635
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	130.942	(128)	130.814	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	241.377	875	242.252	120.354
Títulos Privados				
Debêntures ⁽²⁾	28.501	583	29.084	1.298
Total Vinculados a compromissos de recompra	400.820	1.330	402.150	121.652
Vinculados à prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	264.919	(2.746)	262.173	-
Outros				
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.000	762	18.762	-
Total Vinculados à prestação de garantias	282.919	(1.984)	280.935	-

a.2) Classificação e Vencimento

	30/06/2018			30/06/2017	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos para Negociação					
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	699.828	33.819	733.647	945.626
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	115.270
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	321.680	-	-	321.680	-
Letra Financeira - LF	-	-	-	-	1.476
Total Carteira Própria	321.680	699.828	33.819	1.055.327	1.062.372
Circulante				1.055.327	1.062.372
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	284.146
Letras do Tesouro Nacional - LFT	-	-	114.886	114.886	-
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	-	114.886	114.886	284.146
Circulante				114.886	284.146
Vinculados à prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	4.460
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	8.455	8.455	176.223
Total Vinculados à prestação de garantias	-	-	8.455	8.455	180.683
Circulante				8.455	180.683
Total Títulos para Negociação	321.680	699.828	157.160	1.178.668	1.527.201
Circulante				1.178.668	1.527.201

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018 Total	30/06/2017 Total
Títulos Disponíveis para Venda						
<u>Carteira Própria</u>						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	14.362	14.362	13.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	1.005	15.296	49.061	65.362	179.088
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	298	762	1.060	87.473
Notas Promissórias	-	-	17.597	-	17.597	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.720	3.720	3.243
Ações de Companhias Abertas ⁽³⁾	-	-	-	-	-	264.462
LF Pós-Principal e Encargos	-	422	-	-	422	-
Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia ⁽⁴⁾	116.000	-	-	-	116.000	-
Total Carteira Própria	116.000	1.427	33.191	67.905	218.523	547.635
Circulante					150.618	298.692
Longo Prazo					67.905	248.943
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	130.814	130.814	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	226.964	7.418	7.870	242.252	120.354
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	20.980	8.104	29.084	1.298
Total Vinculados a compromisso de recompra	-	226.964	28.398	146.788	402.150	121.652
Circulante					255.362	-
Longo Prazo					146.788	121.652
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	78.391	183.782	262.173	-
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.762	-	-	-	18.762	-
Total Vinculados à prestação de garantias	18.762	-	78.391	183.782	280.935	-
Circulante					97.153	-
Longo Prazo					183.782	-
Total Títulos Disponíveis para Venda	134.762	228.391	139.980	398.475	901.608	669.287
Circulante					503.133	298.692
Longo Prazo					398.475	370.595

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados a taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas a 100% do CDI + 4,25% a.a. e seu vencimento é em 15/12/2018 e 5/2/2021.

(3) Em 31 de dezembro de 2017 o Banco reclassificou sua carteira de ações JBS para a categoria Negociação. Essa reclassificação está alinhada à estratégia de gerenciamento de riscos e às melhores práticas contábeis, em que os Instrumentos financeiros devem ser classificados não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da Entidade.

(4) No primeiro semestre de 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresa J&F investimentos, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 8.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia sendo estas cotas da empresa Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. Vide Nota Explicativa 8.f

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

a.3) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.160	52.738
Rendas de Títulos de Renda Fixa	60.021	69.972
Rendas de Títulos de Renda Variável ⁽¹⁾	(17.127)	(26.292)
Resultado de Títulos no Exterior	151	32
Total	55.205	96.450

(1) Resultado com ações da JBS.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota Explicativa 30.

O Conglomerado utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes;
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*, seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução Bacen nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* da Instituição. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test;
- Stop Loss.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte a Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2018, o Conglomerado detinha um único instrumento financeiro derivativo classificado contabilmente, nos termos da Circular Bacen nº 3.082/2002, como hedge de fluxo de caixa. Este instrumento é um SWAP que faz o hedge da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman.

Carteira Trading - jun/2018		Value at Risk		
		Jun/18	Jun/17	Jun/17
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Prefixado	Taxa de Juros prefixada	651	467	205
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	1	-	3
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	269	660	62
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	132	-	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	90.179	84.745	10.918
Exposição com Correlação		88.775	82.011	10.668

Carteira Banking - jun/2018		Teste de Estresse		
		Jun/18	Jun/17	Jun/17
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		25.854	16.355	45.207

Destaca-se que o aumento relevante do Value at Risk (VaR), na comparação entre o fechamento de jun/2017 e o fechamento de jun/2018, foi resultado da reclassificação do estoque de ações da modalidade Disponível para Venda (*banking book*) para Negociação (*trading book*). A redução do valor do Risco da Taxa de Juros foi resultado da mudança de modelo interno de cálculo do IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), sempre em linha com as diretrizes do Comitê de Basileia e das disposições da Circular nº 3.876/18 do Banco Central do Brasil. Para efeito de comparação, utilizando-se a metodologia anterior o Risco de Taxa de Juros seria de aproximadamente, R\$ 33 milhões.

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

● **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;

● **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;

● **Swaps e NDFs:** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes foi descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
NDF						
Posição Ativa	63.499	64.827	997.740	18.607	6.957	5.831.601
Prefixado	54	29	234.871	12.897	961	3.684.578
Dólar	63.421	64.773	761.996	5.710	5.996	2.147.023
Euro	24	25	873	-	-	-
Passivo	(8.474)	(9.853)	(997.740)	(21.290)	(19.494)	(5.831.601)
Prefixado	(21)	(26)	(234.871)	(17.107)	(9.197)	(2.147.023)
Dólar	(8.412)	(9.786)	(761.996)	(4.183)	(10.297)	(3.684.578)
Euro	(41)	(41)	(873)	-	-	-
Diferencial Líquido	55.025	54.974	-	(2.683)	(12.537)	-

	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Swap						
Posição Ativa	1.378	4.572	534.740	1.755	4.929	175.674
Prefixado	660	849	83.074	1.529	3.289	105.239
Dólar	667	1.540	110.488	164	297	20.162
CDI	51	2.183	341.178	62	1.343	50.273
Posição Passiva	(34.295)	(34.159)	(534.740)	(209)	(97)	(175.674)
Prefixado	(1)	(2)	(58.121)	(209)	(97)	(57.089)
Dólar	(34.163)	(34.053)	(381.651)	-	-	(76.882)
CDI	-	-	(89.549)	-	-	(41.703)
SELIC	(131)	(104)	(5.419)	-	-	-
Diferencial Líquido	(32.917)	(29.587)	-	1.546	4.832	-

Opções - COE						
	30/06/2018			30/06/2017		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Posição Ativa						
Dólar	-	-	500	-	-	2.548
Posição Passiva						
Dólar	-	(11)	(500)	-	(5)	(2.548)
Diferencial Líquido	-	(11)	-	-	(5)	-

Resumo	30/06/2018			30/06/2017		
	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Ajuste ao Valor de Mercado	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	55.025	(51)	54.974	997.740	(9.854)	5.831.601
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	(32.917)	3.330	(29.587)	534.740	3.286	175.674
Contratos de Opções (COE) a Receber/(Pagar)	-	(11)	(11)	500	(5)	2.548
Contratos de Mercado Futuro a Receber/ (Pagar)	-	-	-	4.069.082	-	3.524.858
Total	22.108	3.268	25.376	5.602.062	(6.573)	9.534.681

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

				30/06/2018	30/06/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	24.350	27.183	3.441	54.974	(12.537)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(8.280)	(23.490)	2.183	(29.587)	4.832
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	(11)	(11)	(5)
Total	16.070	3.693	5.613	25.376	(7.710)

				30/06/2018	30/06/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*					
DDI	5.008	826.275	774.272	1.605.555	825.548
DI	529.000	601.000	673.000	1.803.000	1.142.790
Dólar	652.718	7.809	-	660.527	1.496.587
Euro	-	-	-	-	58.727
BGI	-	-	-	-	1.205
Total	1.186.726	1.435.084	1.447.272	4.069.082	3.524.858

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, Dólar, cupom de Dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 8.282 passivos (30/06/2017 - R\$ 711 passivo), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos registrados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 270.629 (30/06/2017 - R\$ 180.683) sendo este representado por LTN R\$ 8.455, NTN R\$ 262.174.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

			01/01 a	01/01 a
	Receita	Despesa	30/06/2018	30/06/2017
NDF	113.274	(45.857)	67.417	(70.012)
"Swap"	18.966	(33.030)	(14.064)	7.042
Opções	-	-	-	318
Derivativos de Crédito	-	-	-	(40)
DI	104.502	(107.238)	(2.736)	88.281
DDI	335.073	(444.193)	(109.120)	12.304
BGI	15	(21)	(6)	157
Moedas	1.840	(2.204)	(364)	71.820
Índice	4.450	(5.500)	(1.050)	(3.138)
Euro	-	-	-	690
Dólar	233.903	(313.726)	(79.823)	(934)
Outros Futuros	409	(542)	(133)	(493)
Total	812.432	(952.311)	(139.879)	105.995

b.4) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Conglomerado Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em Dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de *hedge* de fluxo de caixa.

O Conglomerado documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por hedge. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do semestre. Em 30 de junho de 2018, o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ 1.012, contabilizado na rubrica de Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

8. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações Interfinanceiras" no montante de R\$ 2.078 ativa (30/06/2017 - R\$ 2.015 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

9. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2018	30/06/2017
Empréstimos e Títulos Descontados	1.731.007	1.224.903
Empréstimos	1.602.960	1.053.363
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	311.921	223.415
Capital de Giro	1.037.519	673.342
Conta Corrente Garantida	42.498	29.853
Empréstimo Consignado	362	1.137
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	1	24
Cheque Especial	55.931	29.092
Crédito Pessoal	45.203	15.041
Empréstimo rotativo	15.341	13.844
Outros empréstimos	94.184	67.615
Financiamentos	1.121.374	605.750
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	1.121.374	605.750
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	60.181	50.524
Financiamentos Imobiliários	73.452	77.054
Operações de crédito vinculadas à Cessão	128.047	171.540
Adiantamentos de contratos de câmbio (Nota 10.a)	149.609	56.376
Direitos Creditórios (Nota 10.e)	2.067.086	1.649.962
Outros créditos (Nota 10.d)	6.644	6.300
Subtotal	5.209.353	3.670.869
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9.e)	(165.722)	(141.361)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 9. e.1)	(19.544)	(33.205)
Total	5.024.087	3.496.303
Circulante	3.463.413	3.016.211
Longo Prazo	1.560.674	480.092

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			30/06/2018	30/06/2017
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	Total	Total
	Setor Privado				
Rural	49.967	699.576	984.813	1.734.356	890.893
Indústria	33.257	468.949	365.090	867.296	851.922
Financeiro	-	-	-	-	5.335
Pessoas Físicas	89.017	223.752	13.162	325.931	232.890
Comércio	18.097	1.765.371	138.175	1.921.643	1.529.604
Serviços	1.110	226.626	75.028	302.764	150.046
Outros	415	23.144	33.804	57.363	10.179
Total	191.863	3.407.418	1.610.072	5.209.353	3.670.869

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	30/06/2018		30/06/2017	
			Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	1.043.824	20%	1.755	1%	806.679	22%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.377.118	26%	63.559	34%	997.288	27%
100 Maiores Devedores Seguintes	648.790	12%	11.984	6%	502.596	14%
Demais Devedores Seguintes	2.139.621	42%	107.968	59%	1.364.306	37%
Total	5.209.353	100%	185.266	100%	3.670.869	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2018. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de rating e os percentuais estipulados na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2018
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida
AA	-	676.890	-	676.890	-
A	0,5%	3.343.258	-	3.343.258	16.812
B	1,0%	543.918	12.461	556.379	5.749
C	3,0%	298.617	30.872	329.489	10.286
D	10,3%	23.367	23.178	46.545	4.780
E	30,0%	3.014	104.204	107.218	32.165
F	50,0%	15.608	13.253	28.861	14.430
G	70,0%	46.983	18.578	65.561	45.892
H	100,0%	1.405	53.747	55.152	55.152
Total		4.953.060	256.293	5.209.353	185.266

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2017
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Provisão Requerida
AA	-	762.733	-	762.733	-
A	0,5%	1.718.186	90	1.718.276	8.590
B	1%	441.631	40.292	481.923	4.819
C	3%	294.721	69.771	364.492	10.935
D	10%	104.293	14.338	118.631	11.863
E	30%	16.734	31.265	47.999	14.400
F	50%	9.531	48.501	58.032	29.016
G	70%	27.872	51.593	79.465	55.625
H	100%	1.646	37.672	39.318	39.318
Total		3.377.347	293.522	3.670.869	174.566

(1) Curso normal refere-se a contratos vincendos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal a contratos vincendos e vencidos a partir de 15 dias.

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	168.363	233.295
Constituição Líquida de Reversão	58.823	(25.911)
Baixa para Prejuízo	(61.464)	(66.023)
Saldo Final	165.722	141.361
Circulante	(118.378)	(91.603)
Longo Prazo	(47.344)	(49.758)
Créditos Recuperados⁽¹⁾	147.770	51.220

(1) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Outros Créditos

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	18.759	25.334
Constituição Líquida de Reversão	785	7.871
Saldo Final	19.544	33.205
Circulante	(19.534)	(33.189)
Longo Prazo	(10)	(16)

No primeiro semestre de 2018, os créditos renegociados são de R\$ 226.543 (30/06/2017 - R\$ 363.772), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2018 é de R\$ 66.620 (30/06/2017 - R\$ 28.283), relativo às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota Explicativa nº 30.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Cessão de Crédito

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no primeiro semestre de 2018 foi efetuada no valor de R\$ 166.000 conforme segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	22.182	430.907
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	143.818	47.141
Total da Venda ⁽³⁾	166.000	478.048

(1) Não houve lucro na cessão e o valor da reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi no montante de R\$ 12.483.

(2) O montante de R\$ 143.818 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas (J&F Investimento).

(4) O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda (vide Nota Explicativa nº 6.a) e o restante foi recebido em caixa. Este FIP possui investimentos na Flora Produtos de Higiene e Limpeza S.A. (Partes relacionadas).

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	55	795
Rendas de Empréstimos	238.607	291.391
Rendas de Títulos Descontados	13.021	14.002
Rendas de Financiamentos	180.476	66.841
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	147.770	51.220
Despesas com Cessão de Créditos com coobrigação	(15)	-
Perdas com créditos incobráveis	(1.789)	(621)
Outras Receitas de Operação de Crédito	-	504
Total	578.125	424.132

(1) No primeiro semestre de 2018, o montante de R\$ 143.818 (30/06/2017 - R\$ 47.141) refere-se à recuperação de créditos baixados para prejuízo pela cessão de crédito Nota 9.f.

10. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

	30/06/2018	30/06/2017
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(259)	-
Direitos sobre Venda de Câmbio	292	457
Câmbio Comprado a Liquidar	164.089	59.844
Rendas a receber de adiantamentos concedidos ⁽¹⁾	1.934	1.217
Total	166.056	61.518
Circulante	166.056	61.518
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	292	457
Obrigações por Compra de Câmbio	147.675	57.806
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	(147.675)	(55.159)
Total	292	3.104
Circulante	292	3.104

(1) Os valores de Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.934 (30/06/2017 - R\$ 1.217) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 147.675 (30/06/2017 - R\$ 55.159) compõe o saldo de R\$ 149.609 (30/06/2017 - R\$ 56.736) divulgado na Nota Explicativa nº 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	30/06/2018	30/06/2017
Rendas de câmbio	84.044	38.324
Despesas de câmbio	(48.687)	(36.394)
Total	35.357	1.930

b) Créditos Tributários

	30/06/2018	30/06/2017
Créditos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	345.738	274.367
Constituições	100.203	186.749
Reversões	(73.313)	(185.696)
Saldo Final	372.628	275.420
Débitos Fiscais Diferidos		
Saldo Inicial	48.498	15.183
Constituições	26.687	19.150
Reversões	(27.147)	(34.117)
Saldo Final	48.038	216

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	30/06/2018	30/06/2017
Prejuízo Fiscal	454.893	280.938
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	113.723	70.235
Base Negativa de Contribuição Social	459.480	285.301
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	91.896	57.060
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	227.243	161.029
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	19.544	33.162
Provisão para Contingências Trabalhistas	22.880	20.793
Provisão para Contingências Cíveis	14.219	19.098
Provisão para Despesas Administrativas	27.079	26.892
Provisão PLR - Administradores	1.314	6.122
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	11.860	5.990
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	13.534	17.348
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	3.301	7.794
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(783)	(1.169)
Ajustes Futuro - DI e DDI	(15)	5.873
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(5)	(273)
Perdas em Operações de Crédito	23.231	20.230
Outras Diferenças Temporárias	5.859	3.073
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	369.381	325.962
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	369.381	325.962
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	92.345	81.490
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	73.876	65.192
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Derivativos	3.405	7.794
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	5.873
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	13.534	17.348
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	16.939	31.015
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	788	1.442
Total do Ativo Fiscal Diferido	372.628	275.420
Circulante	83.053	48.408
Longo Prazo	289.575	227.012

(1) Em 30 de junho de 2015, a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018.

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2018	30/06/2017
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	83.143	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	624	454
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(3.895)	(21)
Ajustes Futuro - DI e DDI	17.243	-
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(802)	-
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	96.313	-
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	24.078	108
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	19.263	87
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	83.143	-
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	624	454
Ajustes Futuro - DI e DDI	17.243	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	101.010	454
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	4.697	21
Total do Passivo Fiscal Diferido	48.038	216
Circulante	48.038	216

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2018			30/06/2017		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2017	-	-	-	48.282	216	48.066
2018	83.053	48.038	35.015	76.566	-	76.566
2019	54.900	-	54.900	27.518	-	27.518
2020	73.488	-	73.488	18.830	-	18.830
2021	66.250	-	66.250	104.224	-	104.224
2022	91.826	-	91.826	-	-	-
A partir de 2023	3.111	-	3.111	-	-	-
Total	372.628	48.038	324.590	275.420	216	275.204

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2018, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 317.283 (30/06/2017 - R\$ 223.211).

d) Outros Créditos Diversos

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	51.970	6.965
Devedores por Depósitos em Garantia	15.655	14.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	8.244	6.509
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	7.411	7.890
Adiantamentos Salariais/Outros	5.025	5.669
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 9.a)	6.644	6.300
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	251	58.154
Valores a receber venda da marca (Nota 31.f)	171.534	360.407
Outros	36.152	48.075
Total	287.231	499.969
Circulante	100.042	176.846
Longo Prazo	187.189	323.123

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de créditos fiscais referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

e) Direitos Creditórios

	30/06/2018	30/06/2017
Direitos Creditórios (Nota 9.a) ⁽¹⁾	2.067.086	1.649.962
Total	2.067.086	1.649.962
Circulante	1.905.620	1.460.197
Longo Prazo	161.466	189.765

(1) A rubrica "Direitos creditórios", que se refere à compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, possui uma PCLD de R\$ 17.605 (30/06/2017 - R\$ 22.810). Do montante, R\$ 1.434.908 (30/06/2017 - R\$ 1.821.844) são da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas).

11. Outros Valores e Bens

	30/06/2018	30/06/2017
Bens não de Uso - Imóveis (Provisão para Desvalorização)	114.674	70.742
Despesas Antecipadas	(11.860)	(5.990)
Total	14.528	15.519
Circulante	14.528	15.519
Longo Prazo	102.814	64.752

12. Participações em Coligadas e Controladas

	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/06/2018
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Investimentos			
Controladas do Conglomerado			
Original App Ltda.	Desenvolvimento de aplicativos/Teletendimento/Prestitação de serviços de crédito	3.449.655	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimento	99.999	99,99%
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	1.999.800	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	3.446.550	99,90%

	Resultado da Equivalência Patrimonial					
	Patrimônio Líquido		Valor dos Investimentos		Patrimonial	
	30/06/2018	01/01 a 30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Controladas do Conglomerado						
Original App Ltda.	2.392	159	2.551	2.438	159	(430)
Original Investimentos Imobiliários Ltda. ⁽¹⁾	100	-	100	100	-	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	1.478	(615)	863	1.074	(614)	(637)
Original Asset Management Ltda. ⁽²⁾	2.985	62	3.047	2.545	62	1.428
Total	6.955	(394)	6.561	6.157	(393)	361

(1) Em fase pré-operacional com capital a integralizar.

(2) Em 5 de maio de 2017 o capital social da Original Asset Management foi reduzido em R\$ 61.119 por ser considerado excessivo. O novo capital social passou a ser de R\$ 2.000, com o consequente cancelamento de 61.119 quotas.

13. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

	Custo	Depreciação	30/06/2018		30/06/2017	
			Residual	Residual		
Outras Imobilizações de Uso						
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	35.570	(9.624)	25.946	29.639		
Sistemas de Processamento de Dados	66.129	(25.529)	40.600	45.283		
Sistemas de Segurança e Comunicações	990	(691)	299	333		
Total	102.689	(35.844)	66.845	75.255		

b) Movimentação imobilizado de uso

	Saldo inicial 31.12.2017	Aquisição/ Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo Final 30/06/2018
Outras Imobilizações de Uso					
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	28.029	66	(264)	(1.885)	25.946
Sistemas de Processamento de Dados	41.643	5.044	(6)	(6.081)	40.600
Sistemas de Segurança e Comunicações	316	20	-	(37)	299
Total	69.988	5.130	(270)	(8.003)	66.845

14. Intangível

a) Valor residual

	Custo	Amortização	30/06/2018		30/06/2017	
			Líquido	Líquido		
Gastos com Desenvolvimento						
Total	826.337	(183.517)	642.820	681.175		
	826.337	(183.517)	642.820	681.175		

b) Movimentação do Intangível

	Saldo inicial 31.12.2017	Aquisição/ Baixas	Transferência	Amortização	Saldo Final 30/06/2018
Gastos com Desenvolvimento					
Total	673.023	19.147	(126)	(49.224)	642.820
	673.023	19.147	(126)	(49.224)	642.820

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
					Total	Total
Depósitos à Vista	161.808	-	-	-	161.808	108.600
Depósitos Interfinanceiros	-	3.119	-	15.842	18.961	157.644
Depósitos a Prazo - CDB e RDB ⁽¹⁾	-	492.727	753.669	1.954.596	3.200.992	2.750.367
Total	161.808	495.846	753.669	1.970.438	3.381.761	3.016.611
Circulante					1.411.323	1.293.153
Longo Prazo					1.970.438	1.723.458

(1) O total de depósito a prazo com liquidez antecipada é de R\$ 562.723 (30/06/2018 - R\$ 60.514).

Em 30 de junho de 2018 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 130.796 (30/06/2017 - R\$ 155.240) e CDB de R\$ 3.070.196 (30/06/2017 - R\$ 2.595.127).

O Conglomerado realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 123% do CDI, (30/06/2017 - 90% e 129,50% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,64 % a.a. e 19,60 % a.a. (30/06/2017 - 19,19% a.a. e 8,70% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101 % a 106 % do CDI (30/06/2017 - 101,5% a 106% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Depósitos Interfinanceiros	(1.182)	(8.631)
Depósitos a Prazo - CDB, RDB	(143.153)	(184.048)
Captação no Mercado Aberto	(3.542)	(3.784)
Despesas de Letras Financeiras	(6.650)	(12.787)
Despesas de Letras Imobiliárias	(30.845)	(52.644)
Despesas Letras de Crédito do Agronegócio	(29.552)	(49.198)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	(3.673)	(3.734)
Despesas de Operação Estruturada - COE	(6)	(122)
Total	(218.603)	(314.948)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
				Total	Total
Carteira Própria	507.571	-	-	507.571	401.290
Títulos Públicos	-	-	-	-	280.125
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	119.873
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	234.102	-	-	234.102	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	245.008	-	-	245.008	-
Outros	28.461	-	-	28.461	1.292
Carteira de Terceiros	120.937	-	-	120.937	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	120.937	-	-	120.937	-
Total	628.508	-	-	628.508	401.290
Circulante				628.508	401.290

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2018	30/06/2017
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	144.195	1.089.641	109.026	1.342.862	790.808
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	353.418	555.368	160.361	1.069.147	923.426
Letras Financeiras - LF	31.296	24.631	37.043	92.970	145.724
Certificado de Operações estruturadas - COE	-	472	-	472	1.265
Total	528.909	1.670.112	306.430	2.505.451	1.861.223
Circulante				2.199.021	1.410.716
Longo Prazo				306.430	450.507

O Conglomerado realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 86 % e 103 % do CDI (30/06/2017 - 85% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 5,36 % a.a. e 17,01 % a.a (30/06/2017 - 7,91% a.a. e 16,62% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 86 % a 102 % do CDI (30/06/2017 - 84% e 102% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 112 % a 120 % do CDI (30/06/2017 - 112% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moedas estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional e transferência de recursos entre dependências no montante de R\$ 8.202 ativo (30/06/2017 - R\$ 3.070 passivo).

e) Obrigações por Repasses do País

O Conglomerado possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinadas a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

				30/06/2018	30/06/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Funcafé - FAC	-	-	-	-	28.607
Funcafé - Estocagem	-	-	-	-	17.678
Funcafé - Capital de Giro	-	-	-	-	2.782
Total	-	-	-	-	49.067
Circulante					49.067

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	(7.646)	3.508
Despesas De Obrigações Com Banqueiros No Exterior	-	(1.298)
Despesas De Repasses - Outras Instituições Oficiais	-	(2.141)
Total	(7.646)	69

(1) O efeito credor refere-se à variação cambial do semestre.

16. Outras Obrigações por Empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

				30/06/2018	30/06/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	-	-	-	-	49.699
Total	-	-	-	-	49.699
Circulante					49.699

Em junho de 2017, o Banco Original realizou operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,43% a.a. a 4,50% a.a.

17. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e Contribuições a Recolher	10.043	13.260
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	855	1.000
Impostos e Contribuições sobre Salários	6.568	7.564
IRRF. a recolher s/ Juros Capital Próprio	-	690
IR. - s/ Operações de renda fixa	140	757
IOF - Capital de Giro	650	109
Outros	1.830	3.140
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	396	-
Provisão para Imposto de Renda	211	-
Provisão para Contribuição Social	185	-
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 10.b.2)	48.038	216
Total	58.477	13.476
Circulante	58.477	13.476

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2018	30/06/2017
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 18.b.1)	26.489	23.538
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 18.b.2)	14.219	19.098
Provisão para Pagamentos a Efetuar	67.900	70.156
Despesas de Pessoal	52.755	59.718
Outras Despesas Administrativas	13.107	5.193
Outros Pagamentos	2.038	5.245
Consignados	177	-
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.822	13.817
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	157	232
Subscrições de Capital a Integralizar	100	100
Recuperação de Crédito	8	9
Credores Diversos - Exterior/Pais ⁽³⁾	168.719	147.690
Adiantamentos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	-	344
Provisão para Fianças	1.876	783
Valores a pagar sociedades ligadas	196	217
Total	293.663	275.984
Circulante	252.955	229.348
Longo Prazo	40.708	46.636

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a ser repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referentes às operações com cartões de débito e crédito.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

18. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	24.760	22.884
Constituição	2.393	2.571
Atualização	678	1.308
Reversão	(1.342)	(3.225)
Saldo Final	26.489	23.538

Para os processos trabalhistas, foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 8.244 (30/06/2017 - R\$ 6.509).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Conglomerado contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	17.696	20.689
Constituição	2.685	2.330
Atualização	96	217
Reversão	(6.258)	(4.138)
Saldo Final	14.219	19.098

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.411 (30/06/2017 - R\$ 7.890).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista, cível e fiscal classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2018 e 2017, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	30/06/2018	30/06/2017
Processos Trabalhistas	60.043	17.856
Processos Cíveis	34.365	31.128
Processos Fiscais	9.749	-
Total	104.157	48.984

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Banco Original S.A.:

Em 30 de junho de 2018, o capital social de R\$2.130.001 (30/06/2017 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2018			30/06/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Banco Original do Agronegócio S.A.:

Em 30 de junho de 2018, o capital social de R\$ 109.123 (30/06/2017 - R\$ 109.123) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2018		30/06/2017	
	Ordinárias R\$	Total	Ordinárias R\$	Total R\$
De Domiciliados no País	109.123	109.123	109.123	109.123
Total	109.123	109.123	109.123	109.123

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LFT e Títulos privados no montante de R\$ (110) (30/06/2017 - R\$ (8.276)).

c) Reserva de Lucros

c.1) Reserva Legal

A reserva legal é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão do Estatuto Social e legislação vigente. No semestre de 2018 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 34 (30/06/2017 - R\$ 13). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2018 atingiu o montante de R\$ 3.502 (30/06/2017 - R\$ 2.869).

c.2) Reserva Estatutária

A reserva estatutária é constituída por determinação da instituição como destinação de uma parcela do lucro do exercício. No semestre de 2018, foi constituída reserva no montante de R\$ 640 (30/06/2017 - R\$ 4.354). Em 30 de junho de 2018 o saldo de reserva estatutária era de R\$ 19.487 (30/06/2017 R\$ 12.011).

d) JCP e Dividendos

No primeiro semestre de 2018, não foram deliberados de Juros sobre Capital Próprio (30/06/2017 - R\$ 4.600).

20. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A. e Offshore Cayman), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	30/06/2018	30/06/2017
Patrimônio de Referência Nível I	1.228.199	1.297.005
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.228.199	1.297.005
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.127.544	6.694.351
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	6.420.206	359.539
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	856.617	620.293
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	850.721	5.714.519
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	15,1%	19,4%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o Conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluiu os impactos mencionados e de 16,8%.

Em 2018 e 2017 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2018 e 2017, o Conglomerado encontra-se enquadrado no referido índice.

21. Partes Relacionadas

a) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2018 e 2017:

	30/06/2018				30/06/2017	
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
Acionistas						
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	18.913.036	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	18.913.036	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

	30/06/2018		30/06/2017	
	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
Banco Original do Agronegócio S.A	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)			
Acionistas				
J&F Participações S.A. (J&F)	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Transações com Partes Relacionadas

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2018	30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Ações	321.680	264.462	(17.127)	(26.292)
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	321.680	264.462	(17.127)	(26.292)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	171.534	418.615	16.276	21.951
Original Asset Management Ltda.	-	58.208	-	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 31.d)	171.534	360.407	16.276	21.951
Depósito à Vista	(4.436)	(2.811)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(77)	(12)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	-	(29)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	-	(2)	-	-
Original APP Ltda.	(3)	-	-	-
Original Asset Management Ltda.	-	(26)	-	-
Original Corporate Corretora Ltda.	(3)	(1)	-	-
Seara Alimentos Ltda.	(716)	(1.431)	-	-
J&F Participações S.A.	-	(2)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(23)	(6)	-	-
JBS Promotora	-	(65)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(691)	(285)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(387)	(951)	-	-
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(32)	(1)	-	-
JB Barra do Tietê Agropecuária Ltda.	(19)	-	-	-
VLBM Participações Ltda.	(9)	-	-	-
Ambar Energia Ltda.	(1)	-	-	-
JBS Aves Ltda.	(475)	-	-	-
FIP Multiestratégia Formosa	(7)	-	-	-
JBS Confinamento Ltda.	(1)	-	-	-
Canal Rural Produções Ltda.	(5)	-	-	-
Seara Comércio de Alimentos Ltda.	(261)	-	-	-
Agrícola Jandelle	(250)	-	-	-
Pessoas Físicas	(1.476)	-	-	-
Depósito a Prazo	(325.926)	(245.084)	(4.232)	(11.913)
Original APP Ltda.	(2.314)	(2.362)	(27)	(135)
J&F Investimentos S.A.	-	(14.065)	-	(8)
J&F Participações S.A.	(25.838)	(27.011)	(733)	(1.742)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(5.210)	(4.831)	(170)	(493)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.819)	(6.324)	(222)	(646)
JBS S.A.	(51.369)	(65.738)	(132)	(4.268)
Seara Alimentos Ltda.	(67.393)	(63.858)	(2.144)	(3.497)
Original Asset Management Ltda.	(1.896)	(60.466)	(41)	(1.096)
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	(257)	(429)	(16)	(28)
São João Transmissora de Energia S.A.	(1.513)	-	(48)	-
JB Agropecuária Ltda.	(210)	-	(3)	-
Fip Caixa Milão	(386)	-	(9)	-
Instituto Germinare	(89)	-	-	-
J&F Floresta Agropecuária Araguaia Ltda.	(139.453)	-	(45)	-
Pessoas Físicas	(23.179)	-	(642)	-
JCP a Pagar	-	(4.451)	-	(4.451)
J&F Participações S.A.	-	(4.451)	-	(4.451)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	-	(205)	-	(1.881)
J&F Investimentos S.A.	-	(205)	-	(1.881)

(1) As ações estão marcadas ao valor de mercado e a despesa é decorrente da variação negativa do período.

Demais transações

Cessão de Crédito: Em 2018 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 166.000 (Nota Explicativa nº 9.f). O montante de R\$ 116.000 foi recebido em cotas do Colorado Fundo de investimento em Participações Multiestratégia, classificadas no ativo como títulos disponíveis para venda e o montante de R\$ 50.000 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.434.908 (30/06/2017 -R\$ 1.649.962), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A. (Nota Explicativa nº 9.a)

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado no semestre foi de R\$ 984 (30/06/2017 - R\$ 1.881).

22. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

a) Receita de Prestação de Serviços

	01/01 a	01/01 a
	30/06/2018	30/06/2017
Cobrança e Arrecadações	2.466	2.278
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	1.004	1.003
Serviço de recebimento e envio de valores	1.589	1.597
Comissões de cartões	5.392	4.177
Outras	3.271	3.664
Total	13.722	12.719

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

b) Tarifas

	30/06/2018	30/06/2017
Tarifas	3.412	1.796
Total	3.412	1.796

23. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração	(79.948)	(106.452)
Encargos	(26.196)	(33.185)
Benefícios	(18.091)	(17.694)
Outras	(230)	(210)
Total	(124.465)	(157.541)

24. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(20.464)	(24.256)
Depreciações e Amortizações	(57.227)	(48.222)
Propaganda e Publicidade	(767)	(4.227)
Comunicações	(1.420)	(1.052)
Processamento de Dados	(44.671)	(50.052)
Aluguéis	(4.498)	(5.033)
Transportes e Viagens	(1.864)	(2.456)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.452)	(1.827)
Manutenção e Conservação de Bens	(2.067)	(1.581)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽¹⁾	(28.858)	(27.647)
Água, Energia e Gás	(814)	(800)
Material	(524)	(518)
Despesas Legais e Jurídicas	(788)	(1.376)
Indenizações Judiciais	(615)	(550)
Outras despesas administrativas	(3.512)	(10.054)
Total	(169.541)	(179.651)

(1) Refere-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

25. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesa com COFINS	(8.133)	(11.148)
Despesa com ISS	(1.109)	(932)
Despesa com PIS/Pasep	(1.322)	(1.812)
IOF	(7)	(64)
Outras	(1.126)	(1.921)
Total	(11.697)	(15.877)

26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Atualização de Depósitos Judiciais	429	505
Atualização de Impostos a Compensar	4.372	111
Recuperação de Encargos e Despesas	2.451	1.538
Reversão de Provisões Cíveis	3.477	1.591
Outras Reversões	-	298
Rendas de Garantias Prestadas	5.181	3.930
Crédito Fiscal ⁽¹⁾	19.553	-
Receita Atualização Monetária ⁽²⁾	16.276	21.951
Outras Receitas	93	54
Total	51.832	29.978

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de R\$ 19.553 referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem).

(2) O valor da Receita de atualização monetária refere-se a venda da marca demonstrado na Nota Explicativa nº 31.f.

27. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Provisões Operacionais	(1.728)	(541)
Trabalhistas	(1.728)	(541)
Indenizações Trabalhistas	(663)	(350)
Provisão para fianças	(172)	(35)
Perdas com conta corrente e crédito pessoal	(384)	(194)
Outras	(225)	(951)
Total	(3.172)	(2.071)

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

28. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(359)	(461)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(269)	-
Desvalorização de Outros Valores e Bens (BNDU)	(122)	-
Outras Receitas/(Despesas)	78	-
Total	(672)	(461)

29. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2018 e 2017, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzidas as Participações no Resultado e JCP	(12.349)	(4.598)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(152)	(3.018)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL ⁽¹⁾	(19.640)	668
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ ⁽¹⁾	(19.707)	1.598
Base de cálculo - CSLL	(32.140)	(6.947)
Base de cálculo - IRPJ	(32.707)	(6.017)
CSLL - 20%	6.428	1.389
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	8.073	1.504
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	14.501	2.894
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	14.501	2.894

(1) O Banco investiu durante o ano de 2015 em inovações tecnológicas para lançamento do Banco Digital. A variação do saldo deve-se ao reconhecimento de R\$ 19.553 referente ao valor aprovado pelo MCTI (Lei do Bem) conforme Nota Explicativa nº 26.

30. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição perante à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, perante seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, além de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Segundo a Resolução Bacen nº 3.380/2006, incluem-se nos eventos de risco operacional: fraudes internas e externas; práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da Instituição, danos a ativos físicos próprios ou de uso pela Instituição, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado Original visa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o Comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda aos requisitos da Resolução nº 4.557/2017 e Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (Valor em Risco)
- Stress Test
- Stop Loss
- Análise de Sensibilidade

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução Bacen nº 4.557/2017 e a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Essas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo ou a desvalorização de instrumentos financeiros e garantias correlatas.

A Diretoria do Conglomerado é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

A Diretoria Executiva de Riscos cabe propor os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria Executiva de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

31. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2018, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, somam R\$ 396.627 (30/06/2017 - R\$ 330.875), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2018 e 2017 não há saldo de coobrigação em cessões de créditos, pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 1.876 (30/06/2018 - R\$ 783).

Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal
Outras Fianças Bancárias
Total

	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
	37.915	(44)	10.049	(65)
	81.969	(1.407)	181.329	(0)
	276.743	(425)	139.497	(718)
	396.627	(1.876)	330.875	(783)

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2018 a carteira coberta pelo seguro atinge o montante de R\$ 1 (30/06/2017 - R\$ 54), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 11 (30/06/2017 - R\$ 11). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com essas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 695/2012.

d. Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela Administração foram no montante de R\$ 13.340 (30/06/2017 - R\$ 24.031).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 29 (30/06/2017 - R\$ 53).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

e. Plano de Saúde - Benefícios pós-emprego

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2018 é de R\$ 260 (30/06/2017 - R\$ 317).

f. Cessão de marca e domínio

O Conglomerado, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016, o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Conglomerado continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de royalties não ocorreram em 2018. O saldo a receber em 30 de junho de 2018 é de R\$ 171.534 (30/06/2017 - R\$ 360.407), e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 16.276 (30/06/2017 - R\$ 21.951) contabilizados na rubrica Resultados operacionais.

No primeiro semestre de 2018 foram antecipadas 5 parcelas no valor de R\$ 65.295 e o juros de todas as parcelas vincendas no valor de R\$ 11.307.

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

32. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A (em conjunto com o Banco Original S.A, "Conglomerado Original"), celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), e o Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os Assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A., bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e três diretores do Conglomerado.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se 6 vezes no 1º semestre 2018 (6 vezes no 1º semestre 2017) e fez 40 reuniões (34 no 1º semestre 2017) com a empresa de auditoria independente, com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2018.

O Comitê de Auditoria não emitiu recomendações no 1º semestre 2018.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2018 das instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Conglomerado Financeiro Original a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

O Comitê de Auditoria